

# **Título de la ponencia:** **“Os jovens moradores de favela e o desafio da reprodução da desigualdade”**

Processo: Avance de investigación en curso

GT 08 : Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social

Nombre del ponencista:  
M. Sarah Silva Telles (PUC-Rio, Brasil)

## **Resumo:**

Este artigo propõe a análise sobre a “nova” questão social no Brasil a partir da pesquisa de algumas trajetórias de jovens moradores de favela no Rio de Janeiro e suas oportunidades/obstáculos para sair da pobreza.

O Brasil do século XXI apresenta algumas conquistas representadas nas estatísticas pela saída de milhões de famílias da situação de pobreza extrema e um aumento considerável da chamada “classe trabalhadora” para alguns autores, classe C para outros e para a média em geral. Trata-se de uma sociedade que, a partir da década de 1990, vem apresentando mudanças no sentido de combate à pobreza extrema e aumento significativo do consumo por parte das classes populares.

Esses “novos” consumidores são pobres urbanos, por exemplo, que passam a conviver com a possibilidade de consumir e, conseqüentemente, com a necessidade de se endividar. Esta contradição atinge mais fortemente os jovens moradores de favelas e periferias, que buscam um horizonte mais promissor do que aquele de seus pais. Eles dispõem agora de maior acesso aos bens de consumo, mas sentem-se impotentes para forjar uma trajetória exitosa, seja na vida escolar, seja no universo do trabalho: seus direitos são parcamente conquistados, exceto pela via do consumo. Trata-se de um novo desafio a ser analisado a partir de pesquisa junto a gerações de famílias moradoras de favelas no Rio de Janeiro. Enfim, trata-se de um novo quadro societal que aponta para a necessidade de um novo diagnóstico da heterogeneidade da pobreza e das possibilidades de mobilidade social. O artigo busca analisar os diversos fatores que compõem o ciclo de acumulação de desvantagens, assim como a acumulação de possibilidades de mobilidade social para as pessoas desfavorecidas que, ao longo de gerações, habitam em regiões de segregação urbana – as favelas.

**Palavras-chave:** pobreza urbana; jovens; vulnerabilidade.

## **I. Introdução**

O Brasil do século XXI apresenta alguns resultados impactantes, como a recente saída de cerca de 30 milhões de brasileiros da situação de pobreza extrema e um aumento considerável da chamada “classe trabalhadora” para alguns autores, classe C para outros e para a média em geral. Trata-se de uma sociedade que, a partir da década de 1990, vem apresentando mudanças no sentido de combate à pobreza extrema e aumento significativo do consumo por parte das classes populares, particularmente dos jovens. Trata-se, aqui, de compreender os avanços conquistados, bem como as desigualdades persistentes, sobretudo a partir da percepção e experiência dos jovens moradores de favela no Rio de Janeiro.

Pretende-se contribuir para a análise da “nova” questão social, uma vez que ocorre um deslocamento de urgências sociais: se até os anos 1990 o país se deparava com o desafio da fome - que mobilizou a sociedade brasileira para uma campanha nacional “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”<sup>1</sup> – hoje, o desafio é, além de retirar os 22 milhões de brasileiros que ainda vivem em situação de pobreza extrema, assegurar que aqueles que são pobres tenham acesso à renda e ao consumo. Estas duas dimensões são novas conquistas da sociedade brasileira e são extremamente importantes, não há como discordar. O problema, e aqui já antecipo o que pretendo analisar, é permanecer nesta meta e oferecer este mínimo para a maioria da sociedade brasileira, um país que tem um PIB dentre os maiores do mundo. A massa de pobres é incompatível com o grau de riqueza nacional.

O desafio está na conquista de um grau de cidadania universal, seguindo a tradição dos autores<sup>2</sup> que pensam o social, para o conjunto daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade permanente. Trata-se de um desafio totalmente novo para a sociedade brasileira, que sempre pautou sua agenda social de forma muito restrita, baseada em mínimos sociais.

O mérito dessa agenda cidadã está na Constituição Federal de 1988. Pode-se indagar da razão para tanta demora a começar a implementar o que no texto constitucional já estava consagrado. A não implementação desta agenda vem sacrificando a vida de tantas gerações de jovens e famílias pobres. Suas causas estão no contexto político-ideológico das duas últimas décadas do século passado, quando a agenda neoliberal deslegitimou toda e qualquer conquista social. O social teria de ficar absolutamente subsumido à agenda econômica dos países, e os governos brasileiros acataram de forma absolutamente consciente uma agenda que era determinada pelas agências internacionais. Não havia espaço para o debate sobre o social, nem para qualquer forma de solidariedade à sorte dos desvalidos, dos deserdados da acumulação capitalista na sua versão financeira, estabelecida pela OIT, pelo FMI, pelo Banco Mundial etc.

O objetivo deste artigo é o de contribuir para a análise do “estado da questão social” brasileira desde o início do século XXI. Trata-se de compreender os avanços conquistados, bem como o quadro de desigualdades que persistem na paisagem social atual e assim identificar os desafios a serem enfrentados. Se as políticas de assistência ganharam em robustez e extensão, na medida em que foram implementadas, progressivamente, as prescrições contidas na Constituição Federal de 1988, o mesmo não se poderá afirmar em relação às políticas sociais estruturantes - saúde, educação, habitação, transporte - e que são os responsáveis pela constituição de uma sociedade cidadã.

O ponto de partida desta reflexão se refere a uma sensação generalizada - difundida pelos discursos dos governos, pela grande mídia, principalmente, mas também por alguns intelectuais - de que o Brasil, finalmente, estaria vencendo o combate à pobreza. Este fato vem sendo comprovado pelas estatísticas de diminuição da pobreza extrema e da mobilidade social de milhões de pobres que deixaram a pobreza e fariam parte de uma “nova classe média”, ou ingressaram na classe trabalhadora.

No cálculo da diminuição da desigualdade, o coeficiente de Gini é o principal instrumento de mensuração da desigualdade de renda do trabalho. Na primeira década do século XXI assiste-se, no Brasil, a um declínio deste indicador – que ficou estável e um dos mais altos do mundo durante toda a segunda metade do século XX (Henriques, 2000). Mas, a despeito da diminuição deste índice, ainda guardamos o título de um dos doze países mais desiguais no mundo, em pior situação que muitos vizinhos latino-americanos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> A campanha foi liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundador do IBASE, e teve o apoio de grandes personalidades brasileiras e a participação de todos os estados da federação brasileira.

<sup>2</sup> Autores importantes para esta reflexão como Castel, Paugam, Saraví, Anete Ivo, cf. bibliografia.

<sup>3</sup> Brasil é o 4º país mais desigual da América Latina: só é superado por Guatemala, Honduras e Colômbia. Mas em 1990 o Brasil era o mais desigual da região. A América Latina é a região mais desigual do mundo (Relatório das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2012).

Em momentos de constatação de uma melhoria nas condições materiais de vida dos mais pobres, cabe o recuo e uma análise menos capturada pelo calor das comemorações – e das ruas<sup>4</sup>. De toda forma, a análise do atual quadro da questão social brasileira é revestida de menos dramaticidade do que há vinte anos passados, e pode-se afirmar que a estrutura social brasileira passa por uma metamorfose a ser ainda melhor qualificada.

## II. A nova questão social

A principal novidade da questão social consiste em um enorme investimento na rede de assistência, que conforma uma proteção mínima para os pobres e os extremamente pobres. Os resultados das principais políticas de assistência são indiscutíveis, as melhorias na vida das pessoas muito pobres são imediatas. Os valores gastos são irrisórios, 1% do PIB para o Programa Bolsa Família que atinge cerca de 50 milhões de brasileiros, ¼ da população, que hoje vive com menos fome, com mais dignidade.

Sonia Rocha, em sua análise sobre os programas de transferência de renda, considera que o impacto dos dois programas – Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família – são essenciais para, de forma emergencial, garantir uma renda mínima e estável para os mais pobres dentre a população brasileira. Garantem, também, no caso do PBF, que um benefício de baixo valor assegure uma compensação à necessidade extrema. Segundo Rocha, o PBF, se tem o mérito de assegurar a estabilidade do público-alvo a um custo relativamente baixo, ele não proporciona a “porta de saída” para aqueles que dele se beneficiam. Um dos gargalos do programa assistencial está na baixa qualificação do capital humano e, segundo a autora, a obrigatoriedade da presença na escola não levará à superação das péssimas condições educacionais da educação básica no Brasil (Rocha, 2009 e 2011).

O Programa Bolsa Família se transformou, a partir de 2006, no carro-chefe da política social dos governos Lula e Dilma. Em 2013 o programa teria atingido a meta de cobertura da população estabelecida pelo Governo. Ora, como também critica Rocha, a inclusão social dos mais pobres dependerá do enfrentamento de outros gargalos socioeconômicos, como o acesso a uma educação que de fato ensine e qualifique o estudante para o mercado de trabalho. Este enfrentamento está longe de se realizar – apenas remendos de reforma educacional - e como seus resultados não serão a curto prazo, não atenderão aos prazos eleitorais, uma das lógicas à qual está submetida o PBF.

A política social do país está praticamente reduzida às políticas de assistência – em detrimento das políticas públicas redistributivas, como saúde, educação, transporte, habitação, reivindicações de cidadania, presentes na CF 1988 e que até hoje ficam mais como promessas retóricas e eleitorais dos governos. Isto significa que estamos abrindo mão da agenda da igualdade pela de combate à pobreza extrema, seguindo a orientação das agências internacionais<sup>5</sup>. Além disso, o Programa Bolsa Família, no que se refere ao combate à pobreza extrema, ainda não é uma política de Estado, ficando sempre capturada pelos ventos eleitorais e pelas prioridades de cada governo. Como os benefícios do PBF são reajustados conforme a decisão dos governos, não gera a garantia de estabilidade almejada por milhares de famílias que dependem absolutamente daquele benefício – diferentemente do que ocorreria se fossem reajustados a partir do valor do salário mínimo, por exemplo.

Quando da aprovação da Constituição Federal de 1988, o desafio a ser enfrentado era colossal; na atual conjuntura, conquistamos uma relativa tranquilidade para dimensionar o tamanho dos déficits que se apresentam e que ainda são enormes. Não obstante, o discurso sobre o combate à pobreza tem

---

<sup>4</sup> Estava concluindo este texto quando irromperam as grandes manifestações, em centenas de cidades brasileiras, em junho de 2013. As análises ainda estão sendo elaboradas no “calor dos acontecimentos”, mas é quase consensual a constatação de que os jovens manifestantes começaram com as demandas pelo transporte público, contra o aumento do preço da passagem, por saúde, por educação; e a crítica à forma como os megaeventos estão sendo promovidos, em detrimento da população. .

<sup>5</sup> Orientação presente principalmente no discurso do Banco Mundial.

dominado a cena internacional e nacional dos países, a partir da liderança das agências internacionais. E, neste sentido, a rede de assistência hoje existente no Brasil se transforma em modelo a ser exportado pelas mesmas agências internacionais, que fazem, por exemplo, do PBF um modelo exitoso de combate à pobreza extrema.

O desafio é dimensionar o tamanho e a natureza da dívida social a ser enfrentada. Apresenta-se como fundamental pesquisar os dramas sociais de uma parte importante da população - cerca de 50 milhões de brasileiros, mais de ¼ da população – que ainda vive sobre o fio da navalha, ou “vive por um fio”<sup>6</sup> em uma situação de vulnerabilidade constante. Paralelamente, o número de novos milionários<sup>7</sup> a cada vinte e quatro horas só aumenta, configurando uma desigualdade tal que não se consegue imaginar que os dois grupos pertençam à mesma sociedade. E constata-se que as barreiras entre os dois grupos extremos da sociedade parecem intransponíveis. Segundo dados do IPEA de 2008, os 10% mais ricos detinham 75,4% da riqueza nacional. Ou seja, avançamos pouquíssimo no que refere à agenda de direitos, aos projetos de nação igualitária que deveríamos construir. Segundo Scalón, “o que torna o Brasil um caso especial é a sobrevivência de desigualdades históricas em meio a um processo de modernização acelerado” (Scalón, 2011:50).

A demanda por uma sociedade igualitária, especificamente por igualdade econômica ou social sofreu um forte abalo em todas as sociedades ocidentais, a partir do final dos anos 1970. O problema é que a crise e a crítica do Estado-providência, ou do Welfare State, chegam ao Brasil sem que tenhamos previamente uma base de direitos sociais sólidos. Ainda não passamos pela construção dessa estrutura de redistribuição de renda, de responsabilização pelo Estado do direito de proteção econômica para todos, através da oferta universal de serviços coletivos de qualidade, os direitos redistributivos – como saúde, educação, trabalho, habitação, transporte. O fato de ainda não termos implementado os direitos consagrados pela CF 1988 provoca uma tragédia, com a qual ainda nos deparamos. Como construir uma sociedade mais igualitária, se estamos cercados por valores e modelos societários cada vez mais individualistas, menos solidários? Este é um dos mais graves desafios que se apresentam. Não se trata apenas de escolha de um ou outro governo, mas da falta de uma consciência a favor dos direitos sociais redistributivos – e não apenas de apoio a políticas de assistência.

Indiscutivelmente, o século XXI altera a estabilidade da desigualdade social que foi apontada ao final da década de noventa do século anterior. Neste novo século, os dados indicam que dezenas de milhões de brasileiros deixam a pobreza absoluta, ingressando em uma situação de pobreza que ainda deve ser qualificada, pois esta pobreza não mais se refere à situação de fome, de “miséria nordestina”, denunciada por Josué de Castro nos anos 50 do século passado. Segundo o último relatório do Banco Mundial (2013)<sup>8</sup>, o principal grupo, aquele que congrega o maior número de brasileiros são classificados como “vulneráveis”, 38% da população brasileira: aqueles que dispõem entre US\$ 4,00 e US\$ 10,00 por dia. Os pobres, grupo que reduziu em relação ao final da década de noventa, hoje constituem 28% da população, que dispõe de até US\$ 4,00/dia. Ainda segundo este Relatório, a classe média, o segundo maior grupo da população, 32%, dispõe de uma renda per capita entre US\$ 10,00 e US\$ 50,00/dia. E finalmente os ricos, 3% da população, cuja renda é acima de US\$ 50,00/dia.

---

<sup>6</sup> *Viver por um fio* é o título de obra seminal da socióloga brasileira Anete Ivo (2008).

<sup>7</sup> “Com a economia em forte expansão, o Brasil tem ganhado em média 19 milionários por dia desde 2007, segundo reportagem da “Forbes”. Ou: “Brasil é líder em ‘criação’ de milionários”: “‘clube do milhão’ ganhou 26 brasileiros por dia no ano passado”, segundo estudo das consultorias Capgemini e Merrill Lynch, em 20/06/2012.

<sup>8</sup> “Mobilidade econômica e ascensão da classe média latino-americana”

### III.A mobilidade social e o desafio da desigualdade social: experiências e percepções

Seguindo a reflexão de Saraví, constata-se também junto aos jovens entrevistados “el debilitamiento de la escuela y del trabajo en su capacidad de interpelar a los sujetos y de generar percepciones, voluntades y valores compartidos que antaño las convirtieron en instituciones clave de integración y cohesión social” (Saraví, 2009, p.47).

Pretende-se analisar em que medida a experiência escolar constitui uma grande frustração na trajetória dos jovens moradores de favela, bem como a perda de sentido de integração social via trabalho, já que o trabalho se tornou uma promessa não cumprida pela busca de um “bom trabalho”: para a mobilidade social e para a realização desses jovens.

Conforme a análise de Robert Castel (1998) e de Serge Paugam (2005) a principal condição da integração social na modernidade avançada está no trabalho, mais do que nas relações familiares e de vizinhança. A condição salarial resultou que todos se tornaram trabalhadores, integrados e protegidos. A sociedade securitária busca assegurar a estabilidade necessária ao desenvolvimento pleno da condição humana. Hannah Arendt identificou na liberação da condição de sobrevivência material a possibilidade da ação humana na esfera pública.

Para melhor compreender os efeitos da permanência de uma enorme desigualdade na sociedade brasileira, abordarei as possibilidades – ou barreiras – de mobilidade social dos mais vulneráveis no atual contexto social, a partir de alguns resultados selecionados em pesquisa de campo – Sansone (2003) – que completarei com algumas anotações a partir das entrevistas realizadas em minha pesquisa [2009 - 2012]. Se os números da pobreza extrema estão diminuindo, vale a pena conferir o que se passa, de fato, com essa população: quais são as suas experiências e percepções sobre as condições de vida. Para muitos, trata-se de deixar uma situação de total indignidade, abaixo dos padrões mínimos de subsistência. Para outros, a maioria dos entrevistados, trata-se de lutar para superar a situação de pobreza e ascender socialmente. As oportunidades e os obstáculos revelam as mudanças sociais ocorridas, bem como os entraves persistentes de reprodução das desigualdades.

A partir da urbanização crescente do país – anos 1950 em diante - ocorreu mobilidade ascendente e uma classe média que era “engrossada” por algumas repescagens com a migração. Mas a grande maioria da sociedade permanecia presa aos velhos mecanismos de dominação, que a mantinha na pobreza rural ou urbana. A mobilidade social ascendente ocorrida no Brasil a partir dos anos 1950 não alterou a estrutura de desigualdade social. Teria ocorrido o que os autores chamam de mobilidade de “curta distância”: os filhos de trabalhadores rurais em direção às categorias sociocupacionais de trabalhadores urbanos manuais não qualificados e semiquilificados. Mas em função da grandiosidade e velocidade dessas mudanças, o país é considerado um dos que apresentou maior mobilidade ascendente no século XX.

A partir dos anos oitenta e principalmente a partir do final do século XX, este quadro se altera profundamente. Entre 1980 e 1993 apresenta-se um quadro de “imobilidade”, com “saldo tendencialmente negativo”, pois mesmo aqueles que conseguiram não ficar desempregados, a regra foi a conservação do mesmo nível socioocupacional (Jannuzzi, 2000: 221). Costa Ribeiro confirma essas ponderações: a grande oportunidade de mobilidade social no Brasil seria consequência do “rápido declínio do trabalho rural no curto período de uma geração”, e de curta distância, ou seja, “para a classe imediatamente superior à classe de origem” (Ribeiro, 2003:409).

No que se refere às percepções, os assim chamados *aspectos subjetivos* sobre as condições de vida e sobre as possibilidades de ascensão social, a primeira avaliação é geralmente positiva. Em outras pesquisas, desde Durham (1973), passando por Perlman (2003), até as mais recentes, em minha pesquisa, os entrevistados, moradores de favelas, consideram sempre um “ganho” a troca da pobreza rural nordestina pela pobreza urbana.

Como afirmaram Scalon e Cano (2005), a qualidade da vida das pessoas melhorou consideravelmente. Houve uma melhoria geral no que se refere ao acesso aos serviços públicos, como a eletricidade, a canalização da água, o esgotamento e a coleta do lixo. No entanto, as diferenças - entre e intra favelas - devem ser pesquisadas, para uma melhor compreensão do quadro social existente, de extrema complexidade. Por exemplo, nos locais de Rio das Pedras onde residem os moradores mais pobres, todos os serviços são extremamente precários, na maior parte dos casos improvisados pelos próprios moradores sob a tutela da Associação de Moradores. Se formos comparar com a situação das favelas até os anos 1970, houve um grande progresso, mas essas melhorias são desigualmente distribuídas pelas favelas e entre as favelas. Segundo Sansone: “todo mundo está melhor, mas a distância é exatamente a mesma” (Sansone, 2003: 246).

Não resta dúvida de que o consumismo penetrou de forma avassaladora em todas as classes sociais e que, portanto, o desejo de possuir passou a ser sinônimo de realização, de investimento na auto-estima. O acesso à habitação, à educação, à saúde e à cultura constituem demandas por direitos ainda longe de serem conquistados, e a desesperança neste sentido é enorme. Mesmo o acesso à escolarização maior não tem garantido o retorno esperado em termos do mercado de trabalho, e isto não é exclusivo do Brasil, como desenvolvi em outro texto (S.S.Telles, 2009). Quanto ao investimento na aparência individual - como a posse de roupas de marca e a busca por um corpo bem cuidado -, e na aquisição de artefatos de locomoção e comunicação, como a moto, o computador, a internet, sobretudo para os mais jovens, torna-se prioritário - e mais factível do que educação e trabalho, por exemplo -, adquiríveis por meios lícitos, incluindo o endividamento juvenil; ou até por meios ilícitos.

Lívio Sansone aborda essa questão a partir de uma pesquisa, extremamente criativa, com duas faixas etárias - de 15-25 e acima de 45 anos - em áreas de baixa renda no Rio de Janeiro e em Salvador, em dois períodos: 1990 e 2002 (Sansone, 2003). A diferença entre as duas gerações aparece de forma cristalina. Para os mais velhos, os pais, apesar de sentirem que a ascensão social estaria bloqueada nos últimos anos, “acreditam, de qualquer maneira, ter melhorado a própria existência - eles têm uma casa de tijolos e não mais de taipa, os filhos puderam estudar, tem mais comida na mesa do que quando eles eram meninos etc. Os pais, em muitos casos, conseguiram realmente ascender socialmente, mesmo dentro do proletariado”. No entanto, se “o sonho de muitos pais é ampliar a própria casa (“botar uma laje”),” para os filhos seria “a busca do reconhecimento pelo consumo” (Sansone, 2003: 256).

Segundo a pesquisa de Sansone, os jovens estariam muito mais insatisfeitos com o mundo do trabalho e com a própria vida que levam. O autor define o seguinte quadro: “a maioria dos pais sempre trabalhou, mas ficou simbolicamente afastada dos valores da classe média, ao passo que a maioria dos filhos é muito mais próxima dos valores da classe média, mas, devido a uma combinação de exclusão e auto-exclusão, fica hiperdesempregada” (id.: 258). Os jovens se colocam a questão do porquê de terem estudado, de terem se formado. Segundo os pais, eles se sentem bloqueados, “queriam e esperavam algo mais da vida”. Entre os rapazes haveria uma crescente recusa do trabalho manual, sobretudo daquele pesado e sujo, mas também daquelas trajetórias ascensionais que pressupõem uma aprendizagem ‘na rua’, como pedreiro, lanterneiro ou mecânico de carro. E Sansone reforça as diferenças geracionais: se para os pais seria relativamente tranquilo assumir a “vida de trabalhador como uma vida de sacrifícios”, muitos dos jovens informantes, ao contrário, afirmam que “hoje em dia não dá mais para se identificar tanto no trabalho, uma vez que o lugar de trabalho não proporciona nada de bom que não seja algum salário”. Para Sansone, é como “se existisse uma recusa geral de identificação com algum tipo de cultura operária” (id.: 270).

Quanto ao universo feminino, as jovens não querem mais ser “mães pobres”. Isto significa que recusam o papel que as mães exerceram, de criar os filhos com todos os sacrifícios e ainda tendo de suportar um “marido bêbado e pouco carinhoso”. Elas “preferem até ser mães solteiras, vivendo às custas dos pais e de uma série de homens ‘um atrás do outro’”(2003: 271).

Nas pesquisas sobre as trajetórias familiares de mobilidade social em quatro favelas do Rio de Janeiro<sup>9</sup>, independentemente das conjunturas e especificidades das favelas – que foram e são marcantes! – no que se refere à pobreza e à desigualdade, o maior drama recai sempre sobre os jovens e as crianças. De fato, são eles os mais vulneráveis, aqueles que dependem da ajuda das famílias, da vizinhança, das oportunidades oferecidas pela escola e pelo mercado de trabalho.

Dentre os mais vulneráveis, as jovens mulheres apareceram como as mais penalizadas, aquelas que uma vez grávidas, param de estudar, não conseguem trabalhar, pois ficam com o cuidado da criança. Quando dispõem de uma família que as acolhe com a criança, a situação é melhor, podem até voltar a estudar. Mas frequentemente encontramos casos de mulheres para quem a maternidade precoce significou a ruptura de laços familiares, o abandono, a vergonha de seguir na escola, a dificuldade de obter um emprego com filho pequeno para cuidar. Elas constituem o principal grupo que nem estuda, nem trabalha<sup>10</sup>, são 13 milhões de jovens mulheres que recebem algum benefício do PBF, para as quais a “ajuda” de forma regular representa um verdadeiro “alívio” em uma trajetória de muita privação. Apesar da penalidade para os pais que não pagam a pensão alimentícia da criança, encontramos muitas crianças cujos pais exercem atividades ilegais/ilícitas, em relação aos quais seria impossível proceder à cobrança do direito da criança. Algumas vezes as mulheres nem conheciam mais o paradeiro do pai biológico.

Quanto aos jovens rapazes nas favelas visitadas depois de 2009, a conjuntura de uma economia aquecida, com grandes investimentos em obras do PAC, na reforma do Maracanã - para ficar nestes dois exemplos – permitiu que, diferentemente da situação dos jovens desocupados em Rio das Pedras nos anos 2001-2004, todos os que procuraram, acabaram por conseguir trabalho em alguma obra. Evidentemente que este não é o sonho ensejado para aqueles jovens, muitos ainda estão inconformados com o que estão conseguindo, almejam voltar a estudar para, quem sabe, conseguir até o ingresso em uma faculdade. Afinal, como mostrou Sansone, o ethos do trabalho manual, como o trabalho na construção civil, apesar de reconhecidamente aquele que na atual conjuntura (2013) melhor remunera, não constitui a meta de nenhum daqueles jovens. Poucos conseguem encontrar nas empresas de construção uma chance de progredir. A maioria encara este trabalho como uma atividade provisória, enquanto não se tem outra forma de obtenção de renda.

O panorama traçado pelas pesquisas de Sansone (2003) tem alguns pontos convergentes com aqueles que encontrei em minha pesquisa. Mas é necessário apontar situações bem diferentes em função da favela pesquisada, por exemplo.

Muito provavelmente, esse cenário descrito acima não se aplica quando os jovens entrevistados são migrantes de primeira geração. Esses jovens almejam qualquer trabalho, qualquer salário, ainda bastante influenciados pela experiência de privação por que passaram suas famílias, em seu lugar de origem. Nas entrevistas (S.Telles, 2009) que realizei com os professores de escolas em Rio das Pedras, alguns se referiam ao suposto “comodismo” dos jovens de Rio das Pedras. Segundo suas percepções, para esses jovens de Rio das Pedras qualquer trabalho “estaria bom”, eles não teriam “grandes ambições”. Esses jovens olham pouco o que vai ao lado, pois encaram, sobretudo, suas próprias realidades e problemas. Eles ainda estariam bastante distantes dos valores de classe média [urbana]. A comparação que fazem é sempre entre eles mesmos, seus iguais. Como se eles tivessem de se contentar com pouco e não desejar mais.

---

<sup>9</sup> Favelas Rio das Pedras, Morro Santa Marta, Morro da Providência e Morro do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> O grupo dos “nem-nem” cresceu de 12,3% para 16% dos jovens entre os anos 2000 e 2010 e em sua maioria é composto por jovens mulheres que largaram o estudo por conta da gravidez precoce, mas também não conseguem trabalhar, já que cuidam do filho pequeno. Quanto aos jovens, o abandono escolar tem inúmeros fatores, como o desinteresse, a repetência, a necessidade de obter alguma renda, e a própria família com baixa taxa de escolaridade, que frequentemente não atribui maior valor a tantos anos de estudo.

Já os jovens entrevistados em favelas mais antigas, moradores de terceira ou quarta geração lá estabelecidos, apontam sucessivamente sua insatisfação, a dureza do mercado de trabalho, que exige sempre mais anos de estudo e formação e os salários que não compensam os investimentos, quando realizados. O desejo é de prosseguir nos estudos para, quem sabe, conseguir “um emprego bom”, para “ser alguém na vida”. Ser jogador de futebol é a oportunidade que descortinam: “a maioria de meus amigos queria ser jogador de futebol”. Ou o tráfico de drogas, para aqueles que não conseguiram resistir aos apelos de consumo – roupas, carros, mulheres.

A adaptação subjetiva à pobreza e à desigualdade seria tão mais forte quando as condições de carência são mais persistentes no tempo. A pobreza funcionaria como um tipo de viseira (*oeillère*) que restringe o olhar para sua própria situação, segundo o sociólogo T. Kochuyt (2000)<sup>11</sup>. Para ele, os pobres se resignariam à realidade precária na qual vivem, quando impossibilitados de produzir alguma mudança. Seus desejos acabam por se ajustar às possibilidades limitadas. E conclui: esta moderação poderia mesmo resultar em um “pobre contentamento”. Ou seja, a objetividade da precariedade seria internalizada. Mas esta situação não seria específica da pobreza belga - objeto de estudo de Kochuyt – uma vez que seria encontrada também na maior parte dos países estudados por Inglehart<sup>12</sup>. Segundo o estudo de comparação internacional, foram encontradas poucas variações sócio-econômicas no que se refere ao bem-estar subjetivo. “Deve haver um tipo de adaptação subjetiva”. E acrescenta: “esta adaptação subjetiva é mais forte se as condições de vida que a suscitam persistem no tempo” (Kochuyt, 200:139). O autor cita Amartya Sen para afirmar a fragilidade da percepção subjetiva do bem-estar, uma vez que ocorreria esta adaptação subjetiva à privação. Ou seja, as comparações internacionais revelaram que o bem-estar não aumentaria com a renda, e que, portanto, existiriam pobres que estariam contentes, sobretudo quando a situação de privação atravessa as gerações. Ao ser indagada sobre o porquê de uma moradora de Rio das Pedras se autoclassificar como pobre, ela respondeu: “Eu sou pobre porque meus pais eram pobres, meus avós também”.

Wanderley G. dos Santos (2006), ao contribuir para a explicação de uma provável inércia dos despossuídos, no Brasil, frente às suas carências e às profundas desigualdades da sociedade, enfatiza que a distância, a “magnitude da diferença” entre ricos e pobres não seria relevante. O que contaria, de fato, seria a percepção que se tem na “comparação entre a situação presente e a situação passada”. Ou seja, utilizando uma fórmula matemática, Santos afirma que a “métrica do bem-estar” seria calculada a partir da “diferença bruta entre as posições inicial e final”, para ambos, ricos e pobres (2006: 140). Para o autor, os muito ricos e a classe média estariam hoje experimentando um estado “satisfatório” ou de “relativo conforto” como resultado da desigualdade. Já “a enorme massa dos destituídos”, permaneceria “cativa do cálculo de sobrevivência embutido na desigualdade”. No entanto, Santos confirma que aqueles que hoje trabalham, viveriam incomparavelmente melhor do que aqueles que trabalhavam na mesma situação – empregados, assalariados – no início do século XX. Trata-se de “um longo percurso de progresso até chegar à miséria atual” (2006: 141).

Em grande parte, esta sensação de “satisfação” foi encontrada junto aos meus entrevistados recém-chegados na cidade, na favela Rio das Pedras, pois ainda possuem a memória viva da pobreza extrema de onde partiram. Em situação de crise, como decorrência de enchentes, de falta de água, de dois incêndios ocorridos na favela em 2006, esta “métrica de bem-estar” desaba. Esta percepção não significa acomodação, conforme uma possível leitura da teoria crítica. Grande parte do sentimento de satisfação provém do fato desses moradores ainda disporem de redes ativas de parentesco e de vizinhança.

---

<sup>11</sup> Sua pesquisa se refere aos pobres de Bruxelas, texto apresentado no Seminário Internacional sobre Desemprego e Pobreza, ocorrido em Roma, setembro de 2000.

<sup>12</sup> Esta pesquisa, publicada no livro “Culture Shift”. Princeton: Princeton University Press, 1990, é analisada por Kochuyt, 2000.



#### IV. Conclusão

Segundo Costa Ribeiro, a estrutura social brasileira indica que há muita oportunidade de mobilidade social, resultado do declínio do trabalho rural e da rápida industrialização e urbanização no século passado. No entanto, também há fortes indícios de que “a estrutura de classes brasileira apresenta uma assustadora tendência à continuidade” – refere-se ao período entre 1973 e 1996 -, pois muda muito lentamente. Na expressão de Wanderley Guilherme dos Santos: “O Brasil se fabrica em movimento inercial” (Santos, apud Costa Ribeiro, 2003). Trata-se de uma “aritmética de mobilidade social complexa”: uma sociedade dinâmica, com muita mobilidade social, inscrita em uma estrutura de classes resistente a mudanças (Costa Ribeiro, 2003: 410).

Pode-se constatar uma diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais, resultado da grande expansão educacional implementada pelos governos. Mas tudo indica que o aumento da escolaridade, *de per se*, não resulta em melhores condições de trabalho e renda. Sempre é bom registrar que quase 90% dos novos postos de trabalho criados a partir de 2005 remuneram até 1,5 salário mínimo. Ou seja, aumentou o número de postos de trabalho – comparado com os anos 1996-2004 – mas eles são em sua maioria mal remunerados e instáveis. Para a análise da primeira década do século XXI, a percepção positiva de aumento da mobilidade para os mais vulneráveis, como os moradores de favela, foi encontrada principalmente junto à geração dos avós e dos pais. Quanto à geração dos jovens moradores, predomina a insatisfação no que se refere às possibilidades de obter um bom emprego, uma boa remuneração, uma qualidade de vida superior àquela de seus pais – a geração que lucrou com a migração e a inserção no mercado urbano das grandes metrópoles. As exceções existem e apontam para a possibilidade de expansão de outra estrutura social: aqueles que obtiveram a oportunidade de acesso a um bom curso superior, a boas redes comunitárias, principalmente de ONGs, ao mercado esportivo e ao mercado cultural. Mas os exemplos virtuosos não deixam esconder a imensa maioria dos jovens brasileiros que engrossa o grupo dos que não encontram qualquer política pública que os remeta a outro destino que não o da frustração, desamparo, isolamento junto aos outros desvalidos de uma sociedade ainda profundamente injusta.

#### V. Bibliografia:

- HASENBALG, Carlos & VALLE SILVA, Nelson do (Orgs.). *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. RJ: Topbooks Editora, 2003.
- HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- IVO, Anete Brito Leal. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume Editora, 2008.
- KOCHUYT, Thierry. La pauvreté occidentale : expérience, mesure et représentation idéologique. In : Università degli Studi di Roma « Tor vergata ». *Disoccupazione e povertà: cause e rimedi*. Roma: Edizioni INAIL, 2000.
- REIS, Elisa Pereira. *Processos e Escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- \_\_\_\_\_. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, Celi (Org.). *Imagens da Desigualdade*. BH: Editora UFMG/RJ: IUPERJ/FAPERJ, 2004.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 3, 2012, pp. 641 a 679.
- ROCHA, Sonia. O declínio recente da pobreza e os programas de transferência de renda. IN: *Homenagem a Simon Schwartzman*. RJ: Editora FGV, 2009.
- \_\_\_\_\_. O programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.20, n. 1 (41), p. 113-139, abr. 2011.

- SANSONE, Lívio. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In: HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. RJ: Topbooks Editora, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. RJ: Editora FGV, 2006.
- SCALON, Celi (org.) *Imagens da Desigualdade*. BH: Editora UFMG. IUPERJ/UCAM, 2004.
- SCALON, Celi. *Ensaio de Estratificação*. BH: Argumentvm, 2009.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, n.1, p. 49-68, jan-jun. 2011.
- SCALON, Celi e CANO, Ignacio. Legitimação e aceitação: como os brasileiros sobrevivem às desigualdades. In: MARIÓ, E.G. e WOOLCOK, M. (Orgs.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: IPEA: Banco Mundial.
- TELLES, Sarah Silva. Pobreza como “processo de acumulação de desvantagens”. In: GONÇALVES, Rafael Soares (org.). *Pobreza e desigualdade social: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- \_\_\_\_\_. A categoria *pobre*: o que tem a dizer a Sociologia? In: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de (org.). *Opção pelos pobres no século XXI*. 2ª edição. São Paulo: Paulinas, 2011.
- \_\_\_\_\_. Pobreza e Desigualdade na escola da favela. In: PAIVA, Angela R. Paiva e BURGOS, Marcelo B. (Orgs.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Pallas, 2009.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. SP: USP; Editora 34, 2001.